

CATILINARIE: DISCURSOS QUE TRAZEM O TESTEMUNHO DOS ATAQUES À REPÚBLICA¹

CATILINARIE: SPEECHES THAT BRING THE EVIDENCE OF THE ATTACKS ON THE REPUBLIC

Isadora Prévêde Bernardo²

Resumo:

O artigo tem por objetivo considerar o espaço e o uso do exemplo histórico nos discursos, conforme a preceituação feita por Cícero. Isso corrobora para se observar a forma como esses exemplos são usados. Ao demonstrar o lugar da narrativa histórica nos discursos *As Catilinárias* e observar como a obra pode ser interpretada como um testemunho da decadência, como uma obra histórica na medida em que foi redigida anos depois de ter sido proferida; analisa-se também as observações de Cícero sobre como a República estava sendo atacada e à beira da decadência. O autor compõe seu *ethos* e o de Catilina para mostrar ele como virtuoso que salva a República e Catilina, um vicioso, que corrobora para sua decadência.

Palavras-chave:

Cícero. Discursos. República. História.

Abstract:

The article aims to consider the space and the use of the historical example in the speeches, according to Cicero's preception. This corroborates to observe the way these examples are used. By demonstrating the place of historical narrative in the speeches *Catilarie* and observing how the work can be understood as a testimony of decadence, as a historical work as it was written years after it was pronounced; it also analyzes Cicero's observations about how the Republic was being attacked and on the near of the decay. The author composes his *ethos* and Catilina's to show him as a virtuous who saves and Republic and Catilina, a vicious one, who corroborates with the decadence of it.

Keywords:

Cicero. Speeches. Republic. History.

¹ Artigo recebido em 29/09/20.

² Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo; e-mail: isapreve@gmail.com.

1 Introdução

As *Catilinárias*, quatro discursos de Marco Túlio Cícero, são significativos do ponto de vista da crise republicana, e neles abundam os argumentos que recuperam a grandeza do passado romano e os exemplos das ações viciosas de alguns cidadãos que usurparam a república. Neste artigo observamos como a constante recuperação do passado é imprescindível para a construção dos discursos, pois eles foram elaborados para serem testemunhos de um tempo³. Isto é, neste artigo, primeiramente, observar-se-á o espaço destinado à exemplificação histórica nos discursos; e, em seguida, a forma como os exemplos são usados.

Os discursos, na época de Cícero, ao contrário dos diálogos filosóficos, tinham preceituação vasta, inclusive feita pelo autor. Os que são aqui analisados seguem os preceitos, mas poderemos notar que, por muitas vezes, os gêneros se mesclam e as narrativas não ocupam seu lugar apenas após o exórdio. Estas são evocadas frequentemente para recuperar a força dos argumentos políticos. De acordo com Rambaud (1953, p. 21), diversos são os motivos e as razões de Cícero para introduzir os exemplos históricos em seus discursos. Pode ser para servir de argumento secundário em uma refutação, para fazer uma pintura moral, ou para explicar a história de um povo, de um cargo ou de uma lei, ou para mostrar o mal que causaram as ações de Catilina. Nessa obra, a exemplaridade histórica provoca o leitor a buscar em sua memória quem eram esses homens citados para provar os ataques à República, ao analisar os seus vícios, e, o que não deve ser feito. A função pedagógica do exemplo, nesses casos, cumpre seu papel não ao dizer o que deve ser imitado, mas o que deve ser evitado.

Guard aponta que os exemplos recuperados devem seguir um critério da história, ou seja, deve-se recuperar aquilo que é digno de memória, como observa:

A importância do *exemplum* é conhecida na prática oratória em geral e na de Cícero em particular, que oferece a autoridade e o prestígio de um modelo como referência e que permite ao orador inscrever sua ação na continuidade dos heróis da República romana. (...). Aparece como um *exemplum* particular a citação de uma palavra histórica, isto é, que deve ser inscrito na memória coletiva e transmitido à posteridade, de acordo com o critério do *dignum memoria* que define a historicidade de um fato na teoria historiográfica ciceroniana (GUARD, 2013, p. 82).

³ Guard afirma que “Gowing viu no discurso do orador seu próprio *monumentum*, que provavelmente ficará para a posteridade, porque é a expressão de sua ação política e faz dele uma figura histórica, *dignus memoria*” (GUARD, 2013, p. 81).

Segundo David (1980, p. 71), “o *exemplum* não é senão um meio de provar por comparação”. E o autor continua:

O *exemplum* é, antes de mais nada, uma comparação. Ele organiza duas séries de comportamentos, com o entendimento de que aqueles que são julgados ou procurados para induzir são por vezes implícitos. Mas também opera por meio de uma imagem exemplar que permite a identificação ou repulsão paradigmática e, portanto, se aproxima da metáfora (1980, p. 81).

2 O lugar destinado à história nos discursos

O recurso à história ocorre principalmente em duas partes da *dispositio* no discurso, a saber: na *narratio* e na *confirmatio*, quando o orador narra um acontecimento ou quando demonstra, por meio de provas, a sua argumentação.

A relação entre história e oratória, no pensamento ciceroniano, pode ser observada desde o *De Oratore*. Nesta obra, as matérias políticas, retóricas e historiográficas se mesclam de forma que o melhor orador é, ao mesmo tempo, o melhor filósofo, legislador, político e o melhor historiador. A narrativa histórica é constantemente tratada em termos retóricos, pois a retórica estava no início da formação dos cidadãos e, principalmente, dos que estavam inseridos na vida política.

De acordo com a preceituação retórica, em *De Inventione*, há três gêneros de discurso: o epidítico, cuja finalidade é louvar ou vituperar e está voltado para o tempo presente; o deliberativo, usado nas causas civis, uma vez que visa aconselhar ou desaconselhar, portanto, voltado ao tempo futuro; e o judiciário, que tem por finalidade acusar ou defender e se reporta ao tempo passado (CÍCERO, *De Inventione*, I, V, 7). Os discursos não são necessariamente compostos por apenas um gênero, esses podem estar mesclados.

Para elaborar um discurso, cinco etapas devem ser seguidas, a saber: a *inuentio*, que consiste em encontrar argumentos verdadeiros ou verossímeis para que a causa seja crível; a *dispositio*, que é a ordenação dos argumentos; a *elocutio*, que consiste em colocá-lo em palavras; a *memoria*, a capacidade de guardar as ideias e os argumentos; e, por fim, a *pronuntiatio*, etapa em que se profere um discurso, é a ação em si (CÍCERO, *De Inventione*, I, VII, 9).

A *dispositio* é dividida em: *exordium*, *narratio*, *partitio*, *confirmatio*, *reprehensio* e

conclusio. No *exordium*, o orador inaugura seu discurso, e é o momento ideal para captar a benevolência do auditório. Cícero, em *De Inventione*, I, XIX, 27-30, afirma que na narração – *narratio* – se expõem os fatos que realmente aconteceram ou os que se supõe como tais⁴. Além disso, divide a narração em três gêneros, a saber: o que contém a causa e a essência da controvérsia; o segundo insere digressões úteis para ampliar a exposição; o terceiro se usa para exercitar de modo útil. Este terceiro gênero se subdivide em duas partes: uma se refere aos *negotiis*, e a segunda, às *personis* (CÍCERO, *De Inventione*, I, XIX, 27). A parte referente aos negócios se subdivide em três outras: *fabulam*, *historiam* e *argumentum*. A fábula conta coisas que não são nem verdadeiras nem verossímeis; a história conta um fato que realmente aconteceu, mas distante do nosso tempo; a trama é a narração de um fato inventado, mas que poderia ter acontecido, e disso depreendemos que não é verdadeira, mas verossímil. Nos parágrafos subsequentes, continua sua exposição sobre as outras partes e, ao final, afirma:

E a narração poderá ser clara se expusermos, como primeiro feito, aquilo que é verificado como primeiro, e se respeitarmos a ordem cronológica dos feitos, de modo que estes sejam expostos da mesma forma que aconteceram ou como pareceria ser possível o seu desenvolvimento (...).

A narração será provável se parecer que tenha aqueles elementos que costuma ter na verdade; se forem respeitadas a dignidade das pessoas; se as causas dos fatos forem evidentes; se parecer que foi possível determinar as ações; se demonstrar que o tempo era idôneo, o espaço de tempo suficiente, o lugar oportuno para se narrar o fato; se o fato será acomodado seja à natureza dos agentes, seja aos costumes do vulgo, seja à opinião da audiência (CÍCERO, *De Inventione*, I, XX, 29-XXI).

Observamos que não basta a verdade de um fato, mas a verossimilhança entre ele, o espaço, o tempo e o que ocasionou a ação. Cícero enfatiza a importância da narração⁵, seus gêneros, suas partes, e desenvolve qual o tipo de matéria deve ser narrada; a narrativa histórica tem um espaço central, pois pode colaborar para o julgamento, uma vez que torna possível formar um juízo.

Em *De Oratore*, a apreciação da narração é exposta de modo diverso (CÍCERO, *De Oratore*, II, 326-330), sem as divisões e subdivisões típicas de um manual, sendo mais

4 A verossimilhança é uma qualidade da *narratio*. Cf. Cícero (*De Oratore*, II, 83).

5 Ao se referir à elaboração dos discursos, devemos notar que, do ponto de vista retórico, das partes da *dispositio*, Cícero diverge de Aristóteles quanto à *narratio*.

descritiva e explicativa sobre o que deve conter, seu estilo e a ordem das palavras. O autor começa afirmando que ela deve ser breve, prazerosa e persuasiva. Deve ser verossímil, expor do modo como as coisas aconteceram, respeitando a sequência cronológica dos fatos. A narração precisa ser muito clara – pois se for obscura tornará todo o discurso confuso –, as palavras devem ser da linguagem cotidiana, não deve ter interrupções e deve ser a fonte de todas as outras partes do discurso.

A *confirmatio*, preceituada longamente em *De Inuentione* 34-77 e, brevemente, em *De Oratore*, II, 116, é a parte do discurso que garante credibilidade, autoridade e sustenta a defesa da causa por meio da argumentação, mais precisamente por provas. Em *De Oratore*, II, 116 Cícero afirma:

Para demonstrar a veracidade de suas teses, o orador tem à disposição elementos de duas matérias: o primeiro não é de sua invenção, mas é constituído por provas postas pelo próprio fato e adotadas segundo um modo preciso: tábuas, testemunhos, acordos, interrogatórios, leis, decretos senatoriais, sentenças proferidas anteriormente, decretos, especialistas e outras provas, se houver, que não sejam produzidas pelo próprio orador, mas fornecidas a ele; o segundo é representado inteiramente pelo modo de discutir e argumentar do orador.

No primeiro caso, são as provas que já existem, no segundo, as que ele deve inventar. Ou seja, as provas devem ser verdadeiras, sempre se referirão ao passado, assim, serão históricas. É o material que o orador terá para usar em seu discurso e que o narrador terá para escrever sua narrativa histórica.

Em *De Inuentione*, 34-77, na *confirmatio*, Cícero divide o modo de expor: pelos meios de demonstração – que podem ser segundo atributos das pessoas ou dos fatos –, pelo caráter da demonstração e pelos tipos de argumentação, ou seja, por raciocínio indutivo ou dedutivo.

A argumentação segundo os atributos das pessoas deve tratar do nome, da natureza, dos parentescos, da idade, dos hábitos, das emoções, das tendências, dos projetos, dos discursos e das ações, ou seja, deve-se traçar perfeitamente o perfil moral da pessoa. As ações, os eventos e os discursos devem ser considerados em relação aos três tempos, narrando: as coisas que uma pessoa fez, que lhe aconteceu ou que disse; ou, ainda, as coisas que ela faz, lhe acontece ou que diz; ou as coisas que estão por fazer, por acontecer ou que dirá.

Os atributos dos fatos são, em parte, inerentes a esses, em parte são circunstâncias que os acompanham, em parte são acessórios e consequentes aos fatos. Deve-se explicar

por qual razão um homem cometeu a ação, o lugar, o tempo, o modo, a ocasião, as possibilidades. A demonstração segundo o caráter da argumentação deve ser provável ou necessária. Ou seja, a argumentação é um procedimento para esclarecer que uma coisa é provável ou para demonstrar que uma coisa é necessária. Ela deve ser conduzida ou com o método indutivo, *inductio*, ou dedutivo, *ratiocinatio*. A indução⁶ é o procedimento pelo qual do particular chega-se ao universal. Na dedução⁷, do universal chega-se ao particular. Na narrativa histórica, trabalha-se mais com o método indutivo, pois é pela indução que se observam os fatos, os particulares, para se chegar às conclusões universais. Cícero afirma que o orador deve usar os dois métodos argumentativos, de acordo com o que for mais conveniente (CÍCERO, *De Inventione*, I, 76). Teoricamente, se levarmos essas ideias para as obras político-filosóficas e para as narrativas históricas, as primeiras deveriam ser dedutivas, e as segundas, indutivas. No entanto, raramente Cícero constrói deduções em suas obras políticas. Ele se serve da exemplaridade histórica e elabora argumentos indutivos.

Cícero não nos fornece nenhuma preceituação retórica sobre a narrativa histórica em *De Inventione*, apenas sobre o exemplo histórico, pois está preocupado com a elaboração do discurso forense. De acordo com Rambaud (1953, p. 36), o exemplo é utilizado como maneira de embelezar o discurso e torná-lo mais persuasivo. Cícero cita o passado como se a história romana tivesse uma virtude particular e relaciona *auctor* e *exemplum*. Na *Retórica a Herenio*, IV, 49, 62, *auctor* e *exemplum* são definidos da seguinte maneira: “o exemplo é a proposição de nomes, de fatos ou ditos pretéritos com certa autoridade”. Com isso, Rambaud afirma: “O que ele entende por autor não é uma fonte histórica, mas uma figura histórica determinada que é tanto o autor da ação quanto o da fala” (RAMBAUD, 1953, p. 39). Em *De Inventione* esta ideia aparece de modo mais preciso em I, 49 quando Cícero assevera: “o exemplo é o que confirma ou refuta um fato baseado ou na autoridade ou nos eventos de uma pessoa ou dos fatos”. O exemplo histórico torna os discursos mais persuasivos e lhe confere também mais autoridade.

Rambaud aponta: “se, ao mesmo tempo, tanto nos tratados quanto nos discursos,

6 A primeira regra do método indutivo é que o elemento analógico proposto seja tal que necessariamente seja concedido; a segunda, que a consequência tenha uma relação de semelhança com as premissas que foram propostas. Este método possui três partes: a primeira consiste em uma ou mais proposições semelhantes ou análogas; a segunda, na verdade que queremos admitir; a terceira, na conclusão, ou uma confirmação, ou uma mostra da consequência que se possa tirar.

7 Já a dedução é um raciocínio que traz um elemento crível que, uma vez exposto e conhecido, se impõe com a sua força e se justifica sozinho. Ele pode ser composto por cinco, quatro ou três proposições; a última deve ser a conclusão, e as anteriores, as premissas.

o fato de citar os exemplos traduz o desejo que o autor tem de se fundar sobre uma autoridade, então as condições em que ele recorreu aos exemplos foram todas diferentes” (RAMBAUD, 1953, p. 41). Ainda assim, acrescentaríamos que o objetivo de dar autoridade ao texto pelo uso dos exemplos foi atingido.

Ademais, é preciso destacar que não há interação entre interlocutores em um discurso (apenas a percepção que o orador tem da plateia); ele é feito de modo unilateral, ou seja, apenas um fala, e isto resulta, no caso, não em uma relação amistosa entre iguais, mas na relação muitas vezes beligerante e entre desiguais ou oponentes. Cícero expõe nas *Catilinárias* os sentimentos, emoções, paixões, vícios e virtudes humanas, graças tanto à sua capacidade narrativa quanto à sua percepção das ações humanas. Uma vez que os discursos visam ao convencimento e à comoção por meio das paixões, Cícero aponta em *Catilinárias*, IV, 11, que ele julga e emite suas opiniões segundo seus próprios sentimentos. Segundo Guard:

J.-M. David define *exemplum* como ‘a história curta que lembra um fato passado da vida de um grande homem’. Vamos relembrar a natureza do *exemplum*: um meio de demonstração e persuasão em discursos, de acordo com os autores da antiguidade. É uma ferramenta demonstrativa que coloca o argumento sob a autoridade de um precedente conhecido por todos, como enfatizou ele próprio no *De Inventione*, I, 49: ‘Exemplo é o que confirma ou invalida o argumento pela autoridade ou tipo de um homem ou de um negócio’. (...) O *exemplum*, portanto, procede por analogia do presente com o passado. É também um instrumento de persuasão que provoca emoção, prazer no ouvinte-leitor (GUARD, 2007, p. 50).

Ao analisarmos os discursos, não nos prenderemos tanto aos exemplos históricos específicos, pois essa obra possui uma natureza histórica – apesar de não ser uma narrativa histórica –, pois foi escrita três anos depois de proferida. As questões de gênero e da forma do discurso ficam menores quando, por conta do conteúdo, ultrapassam-se as premissas e as regras de composição. Fox aponta que “nos discursos de Cícero, os exemplos históricos serviram, obviamente ao lado de outras armas retóricas, como um meio para alcançar resultados políticos particulares” (FOX, 2007, p. 152-153). Ademais, o comentador prossegue:

Trabalhar o uso dos *exempla* na retórica sugere que podemos estar errados ao pensar que a exemplaridade demanda constância de interpretação: os *exempla* desenharam modelos capazes de uma variedade de interpretações. A função exemplar permanece constante, mas exemplos individuais podem ser encontrados numa variedade de argumentos di-

ferentes (FOX, 2007, p. 154).

3 *Catilinariae*

As *Catilinárias*⁸ foram quatro discursos elaborados por Cícero contra Catilina, em 63 a.C., e redigidos e publicados apenas em 60 a.C. Dessa maneira, podemos analisar a obra não apenas como um discurso mas também como um registro que Cícero fez de seu discurso, como um testemunho para a posteridade. Isso nos traz um grande problema em relação à temporalidade da obra, pois classificá-la segundo a temporalidade típica de cada gênero não é possível, já que há uma forte presença do futuro – quando Cícero se volta ao que Catilina fará –, do passado, quando descreve as reuniões dos conjurados, e do presente, quando pronuncia os insultos. Durante o estudo desses quatro discursos, não conseguimos definir a presença de apenas um gênero, mas dos três, a saber: epidítico, deliberativo e judiciário. A obra não segue efetivamente a preceituação retórica dos gêneros dos discursos, pois, por exemplo, ao dizer, na primeira *Catilinária*: “Catilina, até quando abusará de nossa paciência?”, o enunciado está voltado ao futuro. Mas não se trata do gênero deliberativo, então, como conduzir a interpretação desses discursos? Talvez a solução seja interpretá-los como testemunhos do que aconteceu e conferir a eles um caráter histórico. Cícero coloca-se como testemunho de seu próprio discurso, de suas ações e das ações de Catilina e dos conjurados. Nos quatro discursos a recuperação dos exemplos históricos fornecem paradigmas do que deve ser evitado ou imitado, as ações de Catilina e dos conjurados e as ações de Cícero, respectivamente.

De acordo com Guard,

o status da palavra histórica deve ser colocado em paralelo com a ambição de Cícero de ficar para a posteridade; ao tomar emprestada a palavra dos grandes homens, ele torna-se um deles e, assim, acaba fazendo seu próprio discurso histórico para se tornar um *exemplum* e assumir a continuidade da herança romana (GUARD, 2013, p. 92).

Guard cita a frase *Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*, da *Primeira Catilinária*, e afirma: “assim, o status histórico adquirido pela palavra ciceroniana, que é suficiente com a sua citação simples para perpetuar na memória da posteridade a

⁸ Alain Michel argumenta que, segundo Lepore, as *Catilinárias*, como sabemos são discursos políticos, mas o pensamento político do orador se torna mais filosófico (MICHEL, 2003, p. 543). Podemos atribuir isso ao pensamento ciceroniano pela forte presença da moralidade nos discursos.

própria memória da ideia romana” (GUARD, 2013, p. 92).

Lintott (2008, p. 3), na obra *Cicero as Evidence*, argumenta que não podemos “tratar os textos de Cícero como um autêntico testemunho da história”. Porém, não podemos aplicar o método contemporâneo de investigação histórica a um autor que viveu em outro período, que possuía outra metodologia para a escrita das narrativas históricas, em que não havia cientificismo e as comprovações da contemporaneidade. O autor continua argumentando que Cícero não é um narrador imparcial (LINTOTT, 2008, p. 3), e com isto devemos concordar. Ele nos dá a sua versão dos fatos, e isso é notado nas *Catilinárias*. Ainda segundo Lintott, as *Catilinárias* foram cuidadosamente editadas segundo os outros discursos consulares. Nas três primeiras, não há inconsistências entre o momento em que foram redigidas e a ocasião em que foram proferidas. Mas a quarta foi elaborada remetendo às outras obras (LINTOTT, 2008, p. 17). Por outro lado, Guard, que adota uma postura diante do conceito de história próxima à dos antigos, afirma que há uma igualdade entre as palavras e os atos de um cônsul e

ambos são suscetíveis de entrar na memória coletiva romana; as palavras se tornam um *monumentum*, ou seja, um meio de memória deixado por Cícero para a posteridade, e constituem a essência do que chamamos hoje discurso histórico, destinado a ser lembrado pelas gerações futuras por causa de sua importância política (GUARD, 2013, p. 90).

Podemos considerar esta afirmação na análise das *Catilinárias*.

No exórdio da *Primeira Catilinária*⁹, Cícero chama a atenção de Catilina de modo violento e abrupto, enumera exemplos de castigos a cidadãos menos culpados do que ele e anuncia que deferirá o castigo, e se manterá vigilante. O exemplo de castigo utilizado é o sofrido por Tibério Graco: “Se um homem exímio, Públio Cipião – Pontífice Máximo – sem nenhum mandato, privou da vida Tibério Graco que perturbava ligeiramente a estabilidade da República, nós, cônsules, teríamos que aguentar Catilina, que se esforça para arrasar com sangue e fogo a orbe da terra?” (CÍCERO, *Catilinárias*, I, 3). O exemplo de Graco representa o que deveria ser feito com Catilina e, ao mesmo tempo, dá autoridade a qualquer ato que feito em relação a ele, ou seja, justifica a expulsão de Catilina da urbe.

Durante a argumentação, Cícero defende que Catilina deve sair da cidade, porque todos os homens o detestam, todos conhecem os seus desejos, e a pátria tem horror de seus planos. Com isso, Catilina condenou-se atraindo o ódio dos concidadãos; então, o

9 Exórdio: 1-6; narração: 6-8; argumentação: 9-31; peroração:32-33.

melhor a fazer é exilar-se. Cícero justifica sua conduta e já se defende, pois pode ser que, pelo exílio de Catilina, o acusem de cruel. Ao final, o autor invoca Júpiter para que salve a urbe e que saiam dela todos os que querem destruí-la:

Com estes presságios, Catilina, prestes a se cumprirem agora para a suprema salvação da república e para a tua ruína e perdição junto com a dos teus cúmplices nos crimes e dos delitos contra a pátria, partes para uma guerra criminosa e nefasta. E tu, Júpiter, cujo culto foi instituído por Rômulo, que com os mesmos auspícios com os quais fundou a urbe, tu que invocamos com o nome de Estator da urbe e do império, manterás longe este homem e seus aliados do seu templo e dos outros deuses, da urbe, da casa dos romanos, dos muros, da vida, dos bens de todos os seus concidadãos; e punirás com suplícios eternos, na vida e na morte, esses adversários da gente honesta, inimigos da pátria, devastadores da Itália, ligados por um pacto criminoso e uma cumplicidade de morte (CÍCERO, *Catilinárias*, I, 33).

Nessa peroração, Cícero não apenas invoca a figura do fundador de Roma como também da divindade, um exemplo histórico e um mítico. Eles ilustram tanto a autoridade quanto a proteção necessária para a República, uma vez que é preciso manter Catilina e seus aliados afastados da urbe, pois eles são a causa da ruína e do mal. Com a primeira *Catilinária*, Cícero conseguiu expulsar Catilina de Roma, mas ainda ficaram na cidade outros conjuradores.

Na *Segunda Catilinária*¹⁰, Cícero comemora de modo enfático, pois Catilina saiu de Roma, e demonstra que ele era a causa da ruína da cidade, como observamos no exórdio:

Por fim, Quirites, L. Catilina, audaz até no delírio, respirava crime, tramava a ruína da pátria e ameaçava destruir com ferro e fogo vós e a urbe; nós o expulsamos da cidade, ou o fizemos sair, ou o acompanhamos, marchando com palavras de despedida. Ele se foi, fugiu da cidade, escapou. Esse monstro nefasto já não provocará nenhuma ruína, estando dentro dos muros, sob esses muros. E vencemos, certamente, sem discussão, o único chefe dessa guerra civil (CÍCERO, *Catilinárias*, II, 1).

Notamos três versões da saída de Catilina de Roma, o que demonstra, de certa forma, a imparcialidade proposital de Cícero. E, nesse primeiro momento, ele não atribui apenas a si o feito, mas usa os verbos na primeira pessoa do plural, como se ele e os

¹⁰ Exórdio: 1-2; argumentação: 3-26; peroração: 27-29.

senadores fossem os responsáveis pela expulsão de Catilina. Veremos que, em outros momentos, ele atribui o feito apenas a si; aqui, usa o “nós” muito provavelmente para captar a benevolência dos senadores, como se esse feito fosse uma ação coletiva. Ademais, uma vez que cada homem é responsável por suas ações, também pode ser responsabilizado pela ruína, *perniciēs*, da República, e pela guerra civil. Da mesma forma que as ações de Catilina tentaram causar a ruína, as de Cícero e dos senadores foram para salvá-la. Na argumentação, Cícero justifica sua conduta ao deixar Catilina sair de Roma, ou seja, ir para o exílio, deixar de ser um cidadão, pois pretendia descobrir o que tramava, e queria que ele levasse consigo todos os que ameaçavam Roma. Defende-se da acusação de, como cônsul, ter expulsado Catilina, argumentando que não o expulsou, mas apenas o aconselhou a sair de Roma.

Em outro momento, a expulsão de Catilina passa de um feito coletivo a uma ação individual. Observamos que a ação particular de Cícero, nas *Catilinárias*, II, 11, demonstra a preocupação dele com a coletividade:

(...) Se o meu consulado não tem a capacidade de saná-lo, mas tenta ao menos suprimi-lo, terá alongado a vida da República, não por um breve tempo, mas por séculos e séculos; de fato, nenhuma nação lhe dá medo, nenhum povo arrisca a guerrear contra os romanos; tudo, no exterior, está em paz – por terra e por mar –, graças ao valor de um homem [Pompeu]. Uma guerra civil é o que temos, é aqui dentro que encontramos as emboscadas, aqui dentro se encontra o perigo, aqui dentro se encontra o inimigo. Nossa luta é contra a luxúria, contra a loucura, contra o crime (CÍCERO, *Catilinárias*, II, 11).

No momento de crise, a República poderia ser salva pela intervenção de um homem. Quem seria esse governante? Pompeu mantinha a paz fora da urbe, Cícero eliminaria um homem vicioso e evitaria a decadência. Essa ação seria suficiente para manter a República, e Cícero acredita na estabilidade futura causada por seus atos. E continua sua argumentação, traçando um perfil moral tanto de si quanto de Catilina.

mas, ainda prescindindo daquilo que temos abundantemente e do que a ele carece – o senado, os cavaleiros romanos, a urbe, o tesouro, os tributos, toda a Itália, todas as províncias, as nações estrangeiras –, ainda prescindindo disso, se compararmos as causas enfrentadas, podemos compreender, sem dúvida, o quão grande é seu abatimento. Porque desse lado luta o pudor, daquele a petulância; desse, a pureza, daquele, o vício; desse, a lealdade, daquele, a fraude; desse, a piedade, daquele, o crime; desse, a firmeza, daquele, a loucura; desse, a honestidade, daquele, a torpeza; desse, a moderação, daquele, a libertinagem; desse, a equidade, a temperança, a fortitude, a prudência, todas as virtudes

lutam contra a iniquidade, a luxúria, a covardia, a temeridade e contra todos os vícios; por último, a copiosidade conflita com a pobreza, a boa razão, com o desvairio, a mente sã, com a loucura e, enfim, a esperança bem fundada, com o total desespero. Em uma luta deste tipo, até se houvesse menos esforço da parte dos homens, os deuses imortais fariam com que tantos e tão grandes vícios fossem vencidos pelas preclaríssimas virtudes (CÍCERO, *Catilinárias*, II, 25).

Cícero opõe as virtudes do *mos maiorum* e as que julga possuir aos vícios de Catilina: ele representa as virtudes da República, e o outro, os vícios. Há um conflito entre a moralidade de Cícero e a de Catilina, e a forma como suas ações são regidas. Por fim, declara que mesmo se eles não vencessem Catilina, os deuses não permitiriam seu triunfo. Como vimos no primeiro capítulo, Cícero não é adepto das questões religiosas, e o recurso aos deuses imortais é muito mais um recurso retórico que capta a benevolência do público do que algo em que ele acredita.

Na peroração, Cícero demonstra que as instituições republicanas estão atentas e que não há perigo para a pátria e seus concidadãos.

De agora em diante, já não posso me esquecer que essa é minha pátria, que sou o cônsul dos presentes e que devo ou viver com eles, ou morrer por eles. Não há nenhum guarda nas portas, ninguém obstrui o caminho; se alguém quiser sair, posso simular que não vi; mas aquele que perturbar a urbe, e eu o pegar seja executando ou preparando algo contra a pátria, sentirá que nessa urbe há cônsules vigilantes, magistrados egrégios, um senado forte, armas e um cárcere pronto, por vontade de nossos maiores, para o castigo dos crimes de impiedade manifesta (CÍCERO, *Catilinárias*, II, 27).

O maior crime que um cidadão pode cometer é contra a pátria. E esta é uma advertência aos conjurados, pois as instituições romanas estão sólidas e são enérgicas. Observamos que Cícero não se referiu à instituição republicana do tribunado da plebe, o que demonstra o forte caráter aristocrático que atribui a sua concepção de república.

Na *Terceira Catilinária*¹¹, Cícero inicia o exórdio no gênero epidítico fazendo um auto-elogio. Afirma que a cidade foi salva, e o povo deve agradecer a ele e aos deuses imortais.

E se para nós não é menos feliz e radiante o dia em que se salva a vida do que aquele em que nascemos – porque a alegria de nos vermos salvos

¹¹ Exórdio: 1-2; narração e confirmação: 3-26; peroração: 27-29.

é certa, as condições em que nascemos são incertas, e nascemos sem ter senso disso, mas nos salvamos sentindo prazer –, é óbvio que sim, amparados na nossa própria benevolência e no que dizia, elevamos ao patamar dos deuses imortais o fundador dessa urbe; vós e vossos descendentes deveriam honrar a memória de quem salvou, uma vez fundada e engrandecida essa mesma urbe. Pois fomos nós que apagamos as chamas que circundavam toda a urbe, os templos, os santuários, os edifícios e as muralhas; nós fizemos cair as espadas que se desembainharam contra a República e tiramos suas pontas de vossas gargantas (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 2).

Cícero se compara ao fundador da urbe, compara a salvação ao nascimento e argumenta que o seu ato foi semelhante ao ato de fundação da cidade, ou seja, salvar é tão importante quanto fundar, ou até mais importante, pois no momento da salvação já possui senso, e quando se nasce, não. Com a República salva e a conjuração destruída, o povo deve agradecer aos deuses, a Júpiter. Cícero se contenta com que se recordem dele na posteridade. Com isso, observamos que realizar um feito para que seja lembrado no futuro é um aspecto histórico do elogio. A recompensa é a imortalidade do nome na história, ou seja, a constante lembrança, no futuro, de sua importância no passado. Ele entra para as narrativas históricas de Roma, torna-se um personagem histórico.

Nessa *Catilinária*, primeiramente, o autor argumenta que Lêntulo havia assegurado ao povo que era o terceiro Cornélio, segundo os livros sibílicos, que Cina e Sila o tinham precedido e que “o décimo ano depois da abolição das vestais e o vigésimo desde o incêndio do Capitólio era um ano fatal, no qual se verificaria a destruição da urbe e do império” (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 9). Por outro lado, no parágrafo 18 e seguintes, Cícero argumenta que tudo pareceu um desígnio dos deuses. Retoma-se, aqui, uma questão: o que ele narra é uma fábula, uma narrativa ou uma trama? Vejamos como ele descreve:

Mas todas essas coisas, Quirites, administrei de tal forma que pareceram realizadas e previstas pelo conselho e desígnio dos deuses imortais. E a esta conclusão podemos chegar não apenas por uma conjectura – já que apenas parece possível aos homens o discernimento e o governo nessas circunstâncias –, senão também porque nos auxiliaram, nesses tempos, com uma assistência tal que parece que podemos vê-los com nossos olhos (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 18).

O uso do verbo parecer, *uidere*, indica-nos a forma como devemos interpretar o texto: não como algo que foi, mas que pareceu obra dos deuses, ou seja, foi uma obra humana. E para tentar convencer de que foi obra humana, Cícero continua sua narrativa, oscilando entre a importância dos deuses e das ações humanas:

Porque, seguramente, recordais que, nos tempos dos cônsules Cota e Torquato, diversos objetos no Capitólio foram atingidos por um raio e, nesse momento, as imagens dos deuses foram removidas de seus lugares, as tábuas de bronze das leis fundidas e até os fundadores da urbe foram atingidos, como Rômulo, que se erguia no Capitólio, feito em ouro, como uma criança lactante mamando nos úberes de uma loba – como lembrais. Naquele tempo, recorrendo aos arúspices de toda a Etrúria, estes vaticinaram que estavam para acontecer mortes, incêndios, ruína das leis, uma guerra civil entre os concidadãos, assim como o fim total da cidade e de seu império, a não ser que todos os deuses imortais, aplacados de alguma forma, curvassem com sua intervenção o destino (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 19).

Quando terminamos a leitura desse parágrafo, ficamos com a impressão de que o destino de Roma está nas mãos dos deuses. No parágrafo seguinte, Cícero continua descrevendo as ordens dos arúspices: que se construísse uma estátua de Júpiter de grandes proporções e que fosse colocada no alto, voltada para o oriente, ao contrário de sua posição anterior. Argumenta que, quando os conjurados e seus delatores eram conduzidos através do fórum em direção ao templo da Concórdia, levavam a estátua com a face para o senado. E continua afirmando:

Se eu disser que fui eu que lhes fiz frente, seria pretensão excessiva de minha parte que não deveria ser tolerada; foi Júpiter quem os enfrentou; foi ele que quis salvar o Capitólio, esses templos, toda a urbe e a todos vós. Conduzido pelos deuses imortais, fui eu com essa mente e vontade, Quirites, que descobri essas provas tão convincentes (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 22).

E argumenta: “vencestes vestidos de toga tendo um togado como chefe e comandante” (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 23). Com isso, observamos que foi ele que venceu, e não Júpiter, como afirmara anteriormente, nem nenhum general, o que quer dizer que não foi preciso fazer guerra. Trata-se de uma narrativa ao mesmo tempo com elementos religiosos, podendo quase se tornar uma fábula. Mas a história aconteceu, e o uso de Júpiter e dos deuses imortais apenas parece ser um recurso retórico para captar a benevolência dos ouvintes. Com o último trecho citado, também observamos a valorização da paz, pois Cícero agiu pelo discurso, ou seja, sem derramar sangue, sem pegar em armas. Por fim, fala como quer ser lembrado:

(...) Quero que todos os meus triunfos, meus títulos honoríficos, os monumentos de minha glória, as insígnias de louvor que me enaltecem sejam guardadas em vossas almas. (...) A vossa memória, Quirites, manterá os meus feitos, os vossos discursos os enaltecerão, os monumentos

literários perpetuarão a memória (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 26).

Ou seja, ele quer permanecer vivo na memória dos romanos e que, por seus feitos, se torne matéria das narrativas históricas. Essa obra, redigida três anos depois do fato, já é um monumento, um testemunho de seus feitos.

Ao final, na peroração, reafirma que sua obra é fruto seu e não do destino: “tratarei de sempre ser lembrado pelos meus feitos e cuidarei para que seja mostrado como resultado da virtude dos feitos e não do acaso” (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 29). Cícero demonstra que a fortuna – acaso, destino – ou os deuses não tiveram importância na sua glória, mas ele conseguiu salvar a República pelo seu esforço. Pelo percurso observado na obra, ao final ele retira qualquer importância seja do destino, seja da religião romana, seja da ação coletiva. O que possui importância é a sua ação e a memória de seu nome. Coloca sua obra como um testemunho de seus feitos, que os manterá vivos. E para não parecer cético quanto à religião romana e às ações dos senadores, termina o discurso da seguinte forma:

Vós, Quirites, uma vez que já é noite, venerais a Júpiter – guardião vosso e da urbe – e voltais a vossas casas; e, ainda que o perigo já esteja conjurado, defendei-as com sentinelas e turno de guardas, como fizestes na noite anterior. Eu cuidarei, Quirites, de que não tenhais de fazê-lo dioturnamente e de que possais viver em paz perpétua (CÍCERO, *Catilinárias*, III, 29).

Na *Quarta Catilinária*¹², predomina o discurso no gênero judiciário. Cícero argumenta no exórdio que cabe a ele expor o mal e aos ouvintes julgarem os conjurados. Esse discurso, que segundo Lintott (2008, p. 17) foi o mais elaborado e editado de todos, representa um relato, *relatio*, do consulado, como o próprio autor romano afirma na *Epístola a Ático*, XII, 21, 1, de março de 45 a.C.: “(...) mas por que segui a sentença de Catão? Porque ele tinha exposto a situação mais amplamente e mais eficazmente que os outros. Depois, louva-me porque denunciei a conjuração, não porque a descobri, não pela minha exortação ao senado, nem mesmo por ter dado o meu juízo antes de colher os votos” (CÍCERO, *Ad. Att.* XII, 21, 1). Ele busca consultar o senado e a sua aprovação:

Por isso, pais conscritos, apoiai a salvação da República; vede em torno de vós todas as tempestades que nos ameaçam, se não estiverdes alertas. Não há tanto perigo e não está sobreposto à severidade do vosso juízo

12 Exórdio: 1-6; narração: 7-22; peroração: 23-24.

Tibério Graco, que se submeteu a uma situação extrema por querer ser eleito pela segunda vez tribuno da plebe, nem Caio Graco, porque tentou levantar os partidários da lei agrária, nem Lúcio Saturnino por ter matado a Caio Memio; temos aqui os que ficaram para incendiar a urbe, para matar a todos vós, para preparar o retorno de Catilina a Roma; temos suas cartas, seu selos, sua letra e, enfim, a confissão de cada um deles; conspirarão com os alóbroges, incitarão os escravos e reconduzirão Catilina; esta é a decisão tomada, de modo que, se formos todos aniquilados, ninguém possa lamentar a desaparecimento do nome do povo romano e a queda de tão vasto império (CÍCERO, *Catilinárias*, IV, 4).

Cícero demonstra que quem deve ser temido não são homens que já fizeram suas ações contra a República – e a exemplaridade volta a ser usada –, mas os que estão por fazer essas novas ações, ou seja, os aliados de Catilina que ficaram em Roma e querem o seu retorno. Já vimos que Cícero redige os discursos três anos depois do fato, então ele sabia o que havia acontecido, mas mantém a verossimilhança por meio da ideia de futuro.

Se o senado e todos os concidadãos (CÍCERO, *Catilinárias*, IV, 18) estão de acordo com a defesa da República, se o governo tomou as medidas necessárias para isto, então, Cícero discute se a Lei Semprônia, a qual proíbe condenar um cidadão romano, teria validade para quem foi inimigo da pátria. Sobre essa questão, fica subentendida a resposta. Catilina merece ser julgado sem ser considerado um cidadão romano. Cícero elabora seu *ethos* de cônsul, como podemos ler, tendo em vista a ação contra Catilina:

Tendes um chefe que se lembra de vós e se esquece dele mesmo; e isso não acontece sempre; tendes unidas todas as ordens, todos os homens, todo o conjunto do povo romano, algo que vemos hoje pela primeira vez em uma causa civil. Pensai que, em uma noite quase, se foi capaz de destruir um império fundado com trabalho, com a liberdade assentada sobre a virtude e com a prosperidade crescida e aumentada graças à boa ação dos deuses. (...) E sabeis que não falo assim para estimulá-los, vós que quase superastes meu esforço, mas para que se visse que minha voz de cônsul, que deve ser a primeira a ser escutada na república, cumpriu seu dever (CÍCERO, *Catilinárias*, IV, 19).

E após enaltecer seus feitos, Cícero enaltece os feitos de grandes homens do passado, quase, por assim dizer, comparando-se e igualando-se a eles, demonstrando que tornam-se modelos de imitação e compõem as histórias:

Enalteci ao célebre Cipião, cujo discernimento e virtude obrigaram Aníbal a voltar à África e abandonar a Itália; um exímio louvor ao segundo Africano, que destruiu as cidades de Cartago e Numância, as duas maiores inimigas deste império; tenha por homem o ilustre Paulo, cujo

carro de triunfo se viu honrado por levar o rei Perseu, em outro tempo poderosíssimo e nobilíssimo; glória eterna a Mário, que liberou a Itália, por duas vezes, das invasões e do medo da escravidão; anteponha Pompeu antes de todos eles, cujos feitos e virtudes se estendem até as regiões e aos confins e limites do curso do sol; entre as honras de todos eles, sem dúvida, haverá um lugar para a minha, a não ser que se considere um afazer mais árduo conquistar novas províncias para nossa expansão do que cuidar, para os que estão ausentes, para que tenham um lugar para onde voltar depois das vitórias (CÍCERO, *Catilinárias*, IV, 21).

Por fim, Cícero pede ao povo romano que, como retribuição, faça perdurar sua memória. Nas *Catilinárias*, observamos que a República oscila entre a constante ameaça e a possibilidade de declínio, de um lado, e a atitude de defesa e a salvação da pátria por Cícero, de outro.

4 Considerações Finais

Não se vislumbrou adotar métodos da historiografia contemporânea para interpretar a obra de Cícero. Mas observar qual era a preceituação sobre o uso do exemplo histórico nos discursos. Ademais, o artigo demonstrou que tentar classificar um discurso conforme uma rígida preceituação retórica, pautada em gênero e na temporalidade de seus enunciados é um método ineficaz. Cícero transforma *As Catilinárias* em um *monumentum*, faz um discurso para testemunhar o seu próprio discurso proferido alguns anos antes; reforça-se: a obra é um testemunho, mas não uma narrativa histórica; trata-se de um discurso permeado de exemplos históricos escrito para deixar o legado ciceroniano para a posteridade.

A obra nos mostra por meio da elaboração do *ethos* de Cícero e de Catilina e suas ações o que estava acontecendo com a República. Essa, sob constantes ataques, teria como ser salvaguardada por homens como Cícero. O autor demonstra os vícios que a destroem e, ao mesmo tempo, coloca a esperança na virtude, e, conseqüentemente, em homens virtuosos.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BOYANCÉ, P. Les methods de l'histoire littéraire. Cicéron et son oeuvre philosophique. **Revue des Études Latines**, XIV, p. 288-319, 1936.

_____. Cicéron et l'histoire. Mélanges G. Radet. **Revue des Études Anciennes**, tome XLII, p.388, 1940.

CICERO. **De Inuentione. De optimo genere oratorum. Topica**. Tradução: H. M. Hubbell. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

_____. **De re publica. De legibus**. Tradução: Clinton Walker Keyes. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

_____. **De officiis**. Tradução: by Walter Miller. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

_____. **De oratore**. Books I and II. Tradução: English translation by E. W. Sutton. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1942.

_____. **De oratore**. Book III. *De fato. Paradox astoicorum. De partitione oratoria*. Tradução: H. Rackham. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

[CICERO]. **Ad C. Herennium de ratione dicendi**. Tradução: Harry Caplan. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1954.

CICERONE. **De re publica**. Tradução: A. R. Barrile. Bologna: Zanichelli Editore, 1992.

_____. **Le Catilinarie**. Tradução: Lidia Storoni Mazzolani. Milano: BUR, 1979.

_____. **I Doveri**. Tradução: Anna Resta Barrile. Milano: BUR, 1987.

_____. **Dell'Oratore**. Milano: BUR, 1994.

DAVID, J-M. Maiorum exempla sequi : l'exemplum historique dans les discours judiciaires de Cicéron. In: **Mélanges de l'Ecole française de Rome**. Moyen-Age, Temps modernes, tome 92, n. 1. 1980. p. 67-86.

FOX, M. **Cicero's Philosophy of History**. Oxford University Press, 2007.

GUARD, T. La parole historique mise en scène dans les discours de Cicéron. Éloquence et idéologie politique. In: **Dialogues d'histoire ancienne**. Supplément n°8, 2013. Discours politique et Histoire dans l'Antiquité. p. 81-92.

_____. Morale théorique et morale pratique: nature et signification des exempla dans le De officiis de Cicéron. **Vita Latina**, n. 176, p. 50-62, 2007.

LINTOTT, A. **The Constitution of the Roman Republic**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. **The Roman Republic**. Sutton: The History Press, 2000.

_____. **Cicero as Evidence: A Historian's Companion**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MICHEL, A. **Les rapports de la rhétorique et de la philosophie dans l'oeuvre de Cicéron**. Leuven: Peeters, 2003.

_____. La philosophie et l'action dans le De Oratore. **Information Littéraire**, tome XI, 5, p. 201-207, nov-dez., 1959.

_____. L'eloquenza romana. In: **Introduzione allo Studio della Cultura Classica**. Milano: Marzorati editore, Vol. I: Letteratura, 1972, pp.551-575.

_____. Originalité de l'idéal oratoire de Cicéron. **Les Études classiques**, n. 39, v. III, p. 311-328, 1971.

_____. La théorie de la rhétorique chez Cicéron: éloquence et philosophie. **Révue des Études Latines**, v. 73, Paris, p.231-243, 1995.

_____. **Rhétorique, philosophie, oralité: Cicéron et les genres littéraires**. Colloque Univ. Paris-Sorbonne, éd. J. Dangelet Cl. Moussy, PUPS, 1996.

RAMBAUD, M. **Cicéron et l'histoire romaine**. Paris: Les Belles Lettres, 1953.